

Globalização e visão unidimensional (monetarista) do mundo moderno

RAMÓN PEÑA CASTRO*

Nas duas últimas décadas, um conceito martela nossos ouvidos: a globalização. Com ele nos anunciam o advento de um mundo novo “globalizado” ou uniformizado pelo mercado; um mundo comandado pela razão econômica, como estágio supremo da razão instrumental, simbolizada pelo binômio informática-mercado.

Esta exposição trata da origem e a natureza do conceito *globalização*, em duas etapas. A primeira, esboça uma visão geral da origem, intenção e *status* teórico do conceito. A segunda, tenta uma confrontação crítica da globalização, como ideologia, com a conceitualização das grandes transformações que estão modificando, no plano nacional e internacional, a sociedade, a economia, a política e a cultura do mundo capitalista.

ORIGEM DO CONCEITO

A partir dos anos 80, o anglicismo *globalização* domina o discurso de marketólogos da economia e da política, apesar de que essa “invenção” data do final dos anos 60. De fato, os termos *sociedade global* e *globalização* foram cunhados por McLuhan e Brzezinski, autores de dois livros muito badalados na época. O primeiro, intitulado *Guerra e paz na aldeia global*¹, é obra de Marshall McLuhan, um dos profetas da telemática. O segundo, *A revolução tecnocrônica*², é obra de Zbigniew Brzezinski, politólogo, diretor do Instituto de Pesquisas sobre o Comunismo da Universidade de Columbia, conselheiro de Segurança Nacional do Governo Carter e fundador da famigerada Comissão Trilateral.

McLuhan anunciou a emergência da “aldeia global” recorrendo a uma extrapolação da experiência americana na guerra do Vietnam, primeiro grande conflito que, transmitido ao vivo pelas redes de TV, transformou-se, segundo ele, na primeira “realidade virtual” global para milhões de telespectadores.

Por sua vez, Brzezinski colocou em circulação as expressões “cidade global” e “sociedade global” para

designar um tipo novo de reconfiguração do nosso *habitat* pelas redes “tecnocrônicas” que são uma conjugação de computador, TV e telecomunicações.

Para Brzezinski, os EUA são o protótipo da “sociedade global” e a principal força propulsora da revolução “tecnocrônica” mundial. É isso porque, primeiro, são o ponto de partida de “65% de todas as comunicações mundiais”; segundo, porque com a venda de produtos das suas indústrias culturais, junto à exportação de “tecnologias, de procedimentos e de sistemas organizacionais”, os EUA oferecem ao mundo o “único modelo global de modernidade” com os correspondentes “padrões de comportamento e valores universais”.

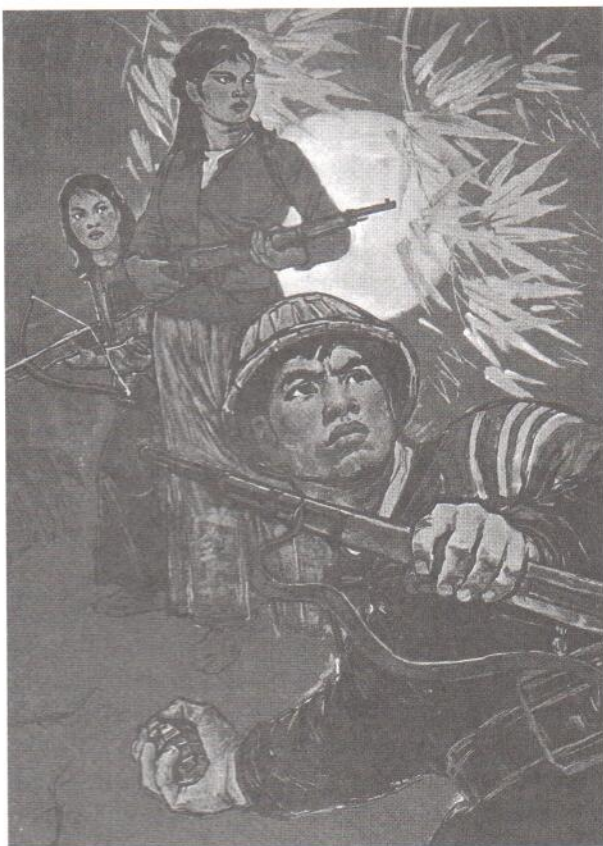
INTENÇÃO OCULTA DO CONCEITO

No raciocínio de Brzezinski, globalização é sinônimo de americanização, o que torna a sua proposta descaradamente ideológica, no sentido de pura apologia do modelo americanista. Nesse ponto resulta tentador lembrar a contundente afirmação do renomado economista norte-americano John Galbraith: “Globalização não é um conceito sério. Nós, americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países.”³

Um dos paradoxos do discurso sobre a globalização é disfarçar, com a máscara da *modernidade* pós-industrial e informacional, a onipotência do capital e a recomposição das relações de trabalho assalariado. *Modernidade* é um rótulo aplicado a uma série de instrumentos político-ideológicos utilizados pelas classes dominantes para apagar a consciência crítica das classes subalternas e obter a sua subordinação, dando uma aparência de racionalidade a uma sociedade baseada, de fato, na dominação e na exploração da imensa maioria.

A globalização pelo mercado, apresentada como um fenômeno incontornável imposto pelo novo tipo de competitividade (flexível), é socialmente regressiva porque coloca a sociedade a serviço exclusivo da economia, o que implica condenar o chamado Estado de bem-estar ou Estado social, e com ele a ética do social, assim como qualquer projeto de construção nacional

*Professor da Universidade Federal de São Carlos.



Guerra do Vietnam; transmissão ao vivo pelas TVs americanas

associado à idéia de direitos sociais substantivos e de regulação democrática da economia.

A verdadeira intenção dos inventores do credo da globalização só pode ser desvelada analisando-se o sentido social dos novos fenômenos das economias nacionais no contexto mais amplo de reorganização do processo de acumulação do capital em escala mundial. Nessa perspectiva, o discurso sobre a globalização aparece como o principal instrumento ideológico de legitimação das políticas neoliberais que visam a rees-

truturação dos processos de produção e circulação de mercadorias, marcados pela hegemonia do capital financeiro.

STATUS TEÓRICO DO CONCEITO

Globalização é um termo impreciso e escorregadio, por várias razões: em primeiro lugar, pela quantidade exagerada de questões embutidas no seu âmbito; em segundo, pela diversidade de significados que assume, dependendo do campo em que se aplique; em terceiro, porque, como foi dito, é frequentemente utilizado de forma descaradamente ideológica; em quarto, porque reflete uma disposição cultural para a generalização de aparências, em detrimento do significado histórico-social das transformações que, efetivamente, estão revolucionando a nossa realidade tecnológica, econômica e sociológica; e em quinto lugar, porque desvia a atenção dos conceitos, teoricamente consagrados pelo seu poder explicativo, como capital, capitalismo, dominação imperialista, etc.

A partir dos anos 80, o anglicismo *globalização* domina o discurso de marketólogos da economia e da política, apesar de que essa “invenção” data do final dos anos 60.

De fato, os termos *sociedade global* e *globalização* foram cunhados por McLuhan e Brzezinski, autores de dois livros muito badalados na época.

No discurso da globalização podemos distinguir três elementos constitutivos: 1) o mito do mercado auto-regulador e otimizador; 2) o mito do primado da tecnologia ou da modernidade “informacional”; e 3) o mito da realidade virtual ou da suposta unificação do tempo e do espaço (“aldeia global”) pela telemática ou teletrônica.

CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO E DIFUSÃO DA IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

Entre as condições que tornaram possível a emergência e o auge dessa ideologia, devemos estabelecer uma diferença entre as *pré-condições necessárias* e as condições suficientes ou *causas determinantes*. Como toda ideologia política, a globalização responde a uma necessidade de legitimação e dissimulação da “assimetria” da enorme concentração de poder de decisão que se manifesta nas relações de dominação (e dependência) na economia, na política e na cultura. Essa necessidade permanente de dissimulação ideológica tornou-se mais intensa nas últimas duas décadas porque o capitalismo mundial entrou num longo ciclo recessivo, após trinta anos de expansão (1945-1975). Essa nova fase recessiva caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo reforçamento, sem precedentes, da hegemonia do capital financeiro. O que significa preeminência dos investimentos especulativos, não produtivos, voláteis e instáveis. É justamente esse caráter especulativo e volátil que está impedindo a superação da fase recessiva e o reinício de um novo ciclo expansivo, apesar das grandes inovações tecnológicas de que dispõe o capitalismo moderno.

Daí, a opção preferencial por um modelo de acumulação centrado na reestruturação do processo de trabalho e de produção capitalista. Valendo-se da “flexibilização” das formas de contratação, de utilização e de remuneração da força de trabalho e do desmanche e/ou privatização dos mecanismos de proteção social e de regulação das relações trabalhistas, o capital amplia seu poder sobre o trabalho, reorganizando e aumentando o potencial de produção e apropriação de valor excedente.

Essa gigantesca operação “transformista” que acontece em escala mundial exige uma cobertura ideológica igualmente gigantesca, que é fornecida pela reedição ampliada do liberalismo na sua nova versão de crítica do “Estado de bem-estar” social e de exaltação quase religiosa do mercado.

Entroniza-se, assim, um novo absolutismo economicista, baseado na razão utilitária, na antiética do individualismo monetarista que, de fato, é a negação dos valores humanos, dos princípios republicanos e socialistas de liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade e internacionalismo.

Em síntese, a ideologia da globalização faz parte de um processo mais geral de imposição do fundamentalismo neoliberal, conjunto de crenças e práticas de adaptação à nova ordem econômica mundial comandada pelo mundo financeirizado, desregulado e global.

A difusão da ideologia da globalização é inseparável da onda neoliberal desencadeada nos anos 80 pelos governos dos EUA e Inglaterra, ao abrigo de uma série de condições favoráveis, entre as quais cabe mencionar, em primeiro lugar, o singular ambiente político resultante do eclipse das grandes utopias e projetos políticos alternativos.

Nos anos 80, o capitalismo, pela primeira vez na sua história, ficou sem contrapeso e perdeu o medo dos inimigos reais ou imaginários, graças ao esgotamento ou fracasso de uma série de projetos reformistas (Estado de bem-estar social-democrata, na Europa ocidental) e desenvolvimentistas (Estados nacionais em desenvolvimento, no Terceiro Mundo), mas sobretudo devido ao colapso do sistema de Estados de centralismo burocrático. Para a formação do novo ambiente favorável à recomposição capitalista contribuíram também as indústrias produtoras de consciência (“indústrias culturais”), cultivando a predisposição cultural das “boas consciências” que, dominadas pela angústia da sobrevivência cotidiana, em um caso, ou submersas no consumismo mais alienante, em outros casos, mostram-se predispostas a acreditar que a mercantilização da vida é inevitável, acontece porque “deve acontecer”, o que as leva a aceitar pré-criticamente fórmulas míticas, embrulhadas em termos “novidadeiros” como globalização, competitividade, empregabilidade, etc.

Trata-se, em suma, de uma instrumentalização ideológica de fenômenos novos, ligados a transformações tecnológicas, econômicas e sociológicas, utilizadas como base objetiva ou referência observacional para a construção de um discurso ideológico mistificador.

Discurso mistificador da globalização, porque transfere para o espaço planetário (até no sentido literal) a responsabilidade pelas conseqüências sociais. Um exemplo disso é a revolução informática, utilizada como principal referencial tecnológico pela ideologia da globalização. Como é notório, os microprocessadores, aplicados no computador e na telemática – símbolos dessa revolução – permitem a substituição de uma série de funções cerebrais. A sua generalização implica uma transformação profunda da base material – técnica do trabalho, representada pela “cerebralização” de meios de produção na indústria e nos serviços. Por sua

vez, essa nova base técnica propicia (mas não determina de *per se*) algumas formas específicas de reorganização sociotécnicas do processo de trabalho e da produção, assim como das empresas, da administração pública e dos mercados nacionais e mundial, consoantes com os interesses do capital financeiro.

Na economia, a ideologia da globalização absolutiza e mistifica um fenômeno novo de grande importância: a autonomização e o expansionismo sem precedentes do sistema financeiro mundial, ocultando o fato de que a esfera financeira está cada vez mais desvinculada da base material da produção e do comércio.

A importância desta última mudança não se refere apenas à sua dimensão global ou planetária, mas ao fato de inaugurar uma fase qualitativamente nova do processo de mundialização do capital: a fase de predomínio totalitário dos “mercados financeiros”, ou melhor, do capital financeiro, a forma mais parasitária de capital, que passa a impor sua lei nas políticas econômicas e sociais de todos os Estados, em particular daqueles mais dependentes.

O capital financeiro deixou de ser a contraface ou o complemento necessário da produção e do comércio; hoje, essas duas esferas estão subordinadas às decisões da esfera financeira, cuja autonomização é uma realidade, extrapolada ou absolutizada pela ideologia da globalização.

A esfera financeira relativamente autonomizada opera como uma força centrífuga em prol da desnacionalização das sociedades pelos mercados globalizados, através dos programas de liberalização, de desregulamentação e de privatização das economias dependentes e endividadas. As moedas estabilizadas (no sentido de dolarizadas), os orçamentos públicos rigidamente ajustados (no sentido de subordinados) às exigências dos investidores globalizados, junto com a desregulamentação plena dos mercados, são os símbolos de adesão à nova ordem mundial governada pelos mercados financeiros.

Os mercados financeiros são instituições *sui generis* que funcionam como a principal conexão entre a organização econômica e política nacional, de um lado, e a economia mundial, de outro. Na prática, isso implica a emergência de novos agentes ou centros de poder econômico, representados por corporações multinacionais, mercados financeiros e instituições supranacionais (FMI, Bird e OMC), formalmente internacionais, mas que na prática se subordinam ao alto comando

de um condomínio restrito dos sete países mais poderosos (EUA, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, Canadá e Itália), que compõem o chamado G-7 (Grupo dos Sete).

Em síntese, a ideologia da globalização faz parte de um processo mais geral de imposição do fundamentalismo neoliberal, conjunto de crenças e práticas de adaptação à nova ordem econômica mundial comandada pelo mundo financeirizado, desregulado e global.

Assim, a mudança sociológica principal refere-se à natureza do poder político. A recomposição do poder econômico do capital mundializado gera um processo *sui generis* de “desnacionalização” das sociedades pelos mercados globais. Trata-se de uma transferência do poder de decisão dos Estados nacionais (dos governos, parlamentos e partidos políticos nas esferas fundamentais da economia e da política) para os chamados “mercados internacionais”, que funcionam como autênticas potências tutelares. Aparentemente anônimas, ilocalizáveis e ubíquas, essas potências onipotentes e onipresentes encarnam-se nas grandes redes de corporações oligopólicas, nas instituições financeiras e comerciais internacionais (FMI, OMC, Bird) e no G-7.

Neste ponto devemos dizer duas palavras sobre a tão propalada “crise do Estado nacional”. Apresentada como reverso inevitável da “globalização”, essa “crise” não passa de uma mistificação destinada a camuflar o processo de privatização da intervenção do Estado sobre as formas de produção e distribuição de riqueza, em detrimento da dimensão pública ou social.

O substrato de realidade que subjaz na idéia de globalização é o predomínio da lógica dos “mercados internacionais”, que, em vários aspectos, se sobrepõem ao poder de decisão de governos, parlamentos, partidos e eleitores, deturpando, assim, a democracia.

Os porta-bandeiras da globalização são, como de

hábito, aqueles que mais se beneficiam da nova ordem ultraliberal: o G-7, grandes grupos financeiros, governos coadjuvantes, negociantes e políticos convertidos ao ultraliberalismo.

Assim, resulta emblemático o caso brasileiro referido por Fiori:

Os mesmos que antes se locupletavam financiando-se com os fundos públicos e vendendo para o Estado, agora beneficiam-se vendendo ou comprando o patrimônio público graças à preservação de seus espaços de poder local junto à grande coalizão do centro-direita articulada em torno da figura do Presidente Cardoso.⁴

Numerosos fatos autorizam a pensar que o discurso da globalização está destinado fundamentalmente a dissimular uma recomposição da ordem mundial imperialista, tornar inquestionável o *status quo* da hegemonia de uma superpotência (EE.UU) que, secundada pelos seis países que com ela formam o G-7, domina os países periféricos mergulhados em estruturas de dependência industrial, tecnológica, comercial, financeira e cultural, montadas precisamente para a explorar a riqueza produzida por seus povos.

A experiência das semiperiferias e periferias demonstra que quanto mais dependente for o país mais o fundamentalismo da globalização aparece como uma determinante inevitável das políticas implementadas pela tecnoburocracia e pelos agentes financeiros encarregados de velar pelas sacrossantas estabilidades monetária e fiscal. É por isso que a estratégia imposta pela globalização é incompatível com o desenvolvimento nacional, com os direitos sociais, civis e econômicos que aqueles consideram como principais obstáculos à

acumulação comandada pelos mercados financeiros. Em termos mais concretos se expressa Fiori:

[...] a regressão ultraliberal vai destruindo os fundamentos do desenvolvimento industrial conquistado pelo país nos últimos cinquenta anos e, o que é pior, os direitos sociais recém-consagrados pela Constituição de 1988.⁵

CRÍTICA DOS FUNDAMENTOS DA IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização não é, propriamente falando, uma teoria; mas um *construto* ideológico encomendado para legitimar, dissimular e unificar um mundo que, justamente por estar uniformizado só pelo capital, é profundamente contraditório.

O conceito globalização pressupõe uma forma única de organização da economia mundial e de inserção dos países na mesma, o que por sua vez está ligado intrinsecamente a uma singular concepção de modernização e progresso.

A “liberalização” econômica, prometem os porta-bandeiras da globalização, permitirá ao país superar o atraso e suposto “estatismo” (implementado e usufruído por eles), instaurar o progresso e ingressar na modernidade, cujo modelo referencial são os EUA.

Todo o raciocínio, construído a partir de dicotomias (mercado *versus* Estado, interno *versus* o externo, moderno *versus* o arcaico) acaba, de fato, nos propondo uma definição do objeto analisado (processo de internacionalização do capital) baseada numa contra-posição mecanicista e sumária que elimina toda especificidade. Esse defeito primário é aguçado pelo uso e abuso do método comparativo que, salientando supostos pontos comuns com outros processos de “abertura dos mercados”, resulta na perda da singularidade social e conduz a um determinismo que apresenta a história nacional como uma sucessão de políticas comerciais e financeiras que apontam para um único fim: a globalização. Por essa via reforça-se, através de um discurso pretensamente científico e técnico, o padrão único de sociedade e de pensamento uniformizado. É por isso que o conceito globalização resulta inadequado para explicar o significado histórico-social dos novos fenômenos econômicos, tecnológicos e sociológicos. Só uma teoria do desenvolvimento do capitalismo realmente existente pode comandar essa explicação.



As inconsistências do discurso sobre a globalização aparecem quando pretende dar conta dos principais fenômenos novos que caracterizam a presente etapa de *internacionalização do capital*, tais como:

a) “a mudança de fase dos processos de *acumulação do capital*, em escala mundial”, que implica uma transição “da expansão material para a *expansão financeira*”;⁶

b) “a nova qualidade do mercado mundial *capitalista*, transformado em esfera primária do poder econômico e principal campo da concorrência” intercapitalista;⁷

c) as novas formas de exportação de capital financeiro, essencialmente volátil, especulativo;⁸

d) as novas modalidades da *divisão internacional do trabalho* que visam a redução dos custos do trabalho através da “flexibilização” dos sistemas nacionais de contratação, uso e remuneração do trabalho, assim como da reestruturação tecnológica e gerencial das empresas;

e) a imposição de um novo *padrão mundial de produtividade*, condição para o incremento da exploração do trabalho produtor de mercadorias, cujo padrão médio serve de base dos preços relativos, submetidos ao comando dos lucros financeiros globalizados.⁹

A noção abstrata de globalização é incapaz de dar conta dos fundamentos sociais dos novos fenômenos do processo de internacionalização do capital, porque se limita a uma descrição das aparências (formas de aparecer) das relações financeiras e comerciais dos mercados. O recorte externo/externo, essencial na idéia da globalização, serve para hipostasiar um mercado genérico, para converter o mercado capitalista mundial em um ente anônimo, “naturalizado”, cujo entendimento verdadeiro exige, pelo contrário, uma análise teórica do capitalismo realmente existente. Tal recorte (externo/interno) ou a ênfase espacial somente se justifica como procedimento analítico para a demarcação conceitual de campos de reflexão.

Essa limitação tem sido objeto de numerosas críticas. Assim, por exemplo, o economista Paulo Nogueira Batista refere que o *poder mistificador* da palavra *globalização* “se alimenta da percepção de *processos reais* que dominam a economia mundial: progresso das telecomunicações e da informática, crescente integração comercial e financeira, internacionalização de muitos processos de produção, etc”.¹⁰

Em termos semelhantes se expressa Chesnais,¹¹ que chama a atenção para os perigos de uma visão tecno-

economicista “que busca mascarar os fundamentos do regime de acumulação financeiro-rentista, bem como seu pobre desempenho em termos de desenvolvimento” revelado pelas baixas taxas de crescimento do PIB.

O tema globalização tem sido alvo também de pseudocríticas semânticas como a dos editores da *Folha de S. Paulo*¹² que reduzem a questão a uma simples preferência lingüística entre o anglicismo (globalização) e o galicismo (mundialização). Outro tanto fez o sociólogo francês Alain Touraine,¹³ contrapondo os termos mundialização e globalização. Touraine considera que o termo globalização é ideológico e impreciso, enquanto o termo mundialização descreve melhor três conjuntos de fenômenos inquestionáveis: 1) mundialização da economia (empresas e produtos tornam-se mundiais); 2) mundialização dos circuitos financeiros que movimentam a cada dia US\$ 1,4 trilhão; 3) mundialização das comunicações, exemplificada na Internet. A proposta de Touraine não é esclarecedora pela sua imprecisão terminológica. Os seus conceitos de mundialização, economia, empresa, produto, circuitos financeiros, etc. negligenciam a natureza especificamente capitalista da nova ordem mundial, sem o que esses termos carecem de significação analítica e de poder explicativo.

GLOBALIZAÇÃO E PERIODIZAÇÃO DO CAPITALISMO

Aqui cabe uma referência sucinta aos antecedentes históricos da internacionalização do capital. Lembremos, em primeiro lugar, que há exatos 150 anos dois jovens revolucionários, Marx e Engels, autores de um panfleto hoje histórico, o *Manifesto comunista*, descreveram com inspiração premonitória a tendência do capital para a mundialização como um dos traços específicos e permanentes do então florescente sistema.

A grande indústria – lemos no *Manifesto* -- criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou o terreno. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria; e na proporção em que a indústria, o comércio, a navegação, as ferrovias se estendiam, a burguesia também se desenvolvia, aumentava seus capitais e colocava num plano secundário as classes legadas pela Idade Média [...] a necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre.¹⁴

O processo de expansão contínua do capital intensificou-se sobretudo a partir da crise cíclica de 1873 e atingiu seu apogeu no limiar do nosso século com a configuração duma nova ordem mundial imperialista. Essa nova fase do capitalismo mereceu numerosos estudos e provocou acirradas polêmicas entre teóricos ligados à Segunda Internacional (Hilferding, Kautsky, Bernstein, Lasky) e à Terceira Internacional (Lênin, Rosa Luxemburg, Bukhárin, Trotsky), os quais assentaram as bases metodológicas, conceituais e temáticas comuns às sucessivas gerações de estudiosos dos novos modos de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial.¹⁵

A noção abstrata de
globalização é incapaz de dar
conta dos fundamentos sociais
dos novos fenômenos do
processo de
internacionalização do capital,
porque se limita a uma
descrição das aparências
(formas de aparecer) das
relações financeiras e
comerciais dos mercados.

Naquela altura, focalizavam-se as novidades de uma fase de predomínio mundial das grandes corporações industriais e financeiras, protegidas por Estados mais robustos que se encarregavam de moldar o ambiente político e social em que elas prosperavam. O novo sistema imperialista mundial passou por processos de recomposição no decorrer dos dois grandes conflitos bélicos (1914-18 e 1940-45) e das sucessivas revoluções socialistas e anticolonialistas do segundo pós-guerra, até que nos anos 80 o novo centro de poder hegemônico mundial considerou que tinha chegado a hora da revanche.

Contou para isso com o ambiente mais favorável dos últimos 70 anos, resultado da tríplice crise: crise do desenvolvimento do Terceiro Mundo, crise do socialismo burocrático-estatal e crise do movimento operário do mundo capitalista. Tal ambiente favorável explica a grande transformação atual do capitalismo, de que um dos aspectos é a internacionalização (glo-

balização ou americanização); outro é a ofensiva ideológica e a prática política neoliberal que tem a globalização como um dos seus alicerces.

Nenhuma dominação é total nem pacificamente aceita. A dominação que está por trás da ideologia neoliberal não pode ser exceção, como demonstra a proliferação de conflitos que desafiam e perturbam a nova ordem mundial idealizada pela globalização. São contradições geradas por processos históricos, potencialmente explosivos, tais como a interrupção da construção nacional no Terceiro Mundo,¹⁶ a restauração de um capitalismo predador nos escombros do “socialismo (ir)real”; a perda de direitos, de autonomia social e política da classe operária dos países industrializados; a erosão da dimensão democrática do Estado em decorrência da ofensiva privatizante, desregulamentadora e dessocializadora dos governos neoliberais, etc. De fato, a internacionalização do capital financeiro gera uma defasagem entre a expansão do poder de decisão ou espaço de dominação do capital, por um lado, e o estreitamento do espaço de cidadania efetiva, aquele em que os cidadãos podem exercer seus direitos de expressão, de eleição e de representação, por outro. É por isso que nos anos 90 o discurso da globalização prefere concentrar-se nos mercados financeiros e nas comunicações “teletrônicas”, exigindo dos governos a desregulamentação mais completa dos mercados de capitais, de tecnologias e, sobretudo, de trabalho.

As “indústrias culturais” secundam esse esforço com uma mudança de ênfase ou de paradigmas,¹⁷ através da substituição do binômio *progresso x máquina* pelo binômio *comunicação x mercado*.

As idéias de “eficiência” e “qualidade” passam a ser formuladas e avaliadas pela comunicação. O consenso e o equilíbrio da sociedade passam a ser função da comunicação. A opinião pública se confunde com a opinião publicada. A política se transforma em espetáculo. A liberdade se identifica com o livre comércio. O mercado comanda a sociedade e nada escapa à sua soberania: cultura, esporte, religião, saúde, educação, etc. A ideologia da globalização é o novo evangelho do mercado-mundo, “tecnologicamente” unificado.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Apesar do enorme predomínio do capital, o mundo atual não pode ser definido em uma única dimensão: a dos mercados, supostamente unificados ou globalizados. Essa definição é própria de um positivismo

unilateral e de uma abordagem ideológica reducionista que empobrece seriamente o pensamento social. É preciso, portanto, ampliar a perspectiva liberando a sociedade e a cultura da prisão do mercado e do fetichismo tecnológico para, assim, superar a estreiteza mental do economicismo vulgar.

Nenhuma dominação é total nem pacificamente aceita. A dominação que está por trás da ideologia neoliberal não pode ser exceção, como demonstra a proliferação de conflitos que desafiam e perturbam a nova ordem mundial idealizada pela globalização.

O que tornou possível a recomposição do poder do capital não foi a tecnologia, nem as comunicações, nem a economia, nem a política como tais; foi uma mudança fundamental na relação central do sistema (entre o capital e o trabalho), baseada na reconstituição do domínio do mercado mundial. A nova realidade nos desafia a dar conta dos novos mecanismos sociais, a recusar o raciocínio baseado em explicações unicauais, em determinismos supra-sociais, exógenos de mão única que fetichizam ora a tecnologia, ora o mercado, ora a cultura.

Questionamos, por isso, a pertinência do conceito globalização utilizado como uma espécie de *deus-ex-machina* que modela os Estados e as sociedades nacionais. Nada melhor para ilustrar essa interpretação do que a crítica de Emir Sader, cientista político da USP, contra o discurso fatalista sobre a globalização supostamente “responsável pela vulnerabilidade externa do país e por tudo o que é (na realidade) conseqüên-

cia da política econômica do governo e da inserção subordinada no mercado externo”. Discurso que – continua Sader – “objetiva desviar a nossa atenção da crueldade social de uma elite que pratica políticas de concentração de renda, exclusão social, deterioração crescente dos serviços públicos, privatização do Estado, desnacionalização da economia e corrupção”.¹⁸

NOTAS

- 1 *War and Peace in the Global Village* (Nova York, 1968).
- 2 *Between Two Ages. America's Role in the Technotronic Era* (Nova York, 1969).
- 3 *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2-11-97.
- 4 “Jornal de resenhas”, em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13-6-98.
- 5 *Ibidem*.
- 6 Cf. Giovanni Arrighi, *A ilusão do desenvolvimento* (Petrópolis: Vozes, 1997), p. 355.
- 7 Robert Kurz, *O colapso da modernização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992), pp. 191 e 216.
- 8 Robert Kurz, *op. cit.*, pp. 215-217; François Chesnais, “Capítulo X”, em *A mundialização do capital* (São Paulo: Editora Xanã, 1994).
- 9 Robert Kurz, *op. cit.*, pp. 215-217; François Chesnais, *op. cit.*, capítulos X, XI e XII.
- 10 Paulo Nogueira Batista, “O mito da globalização”, em *Folha de S. Paulo*, 30-5-96, p. 1.
- 11 François Chesnais, “Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração”, em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2-11-97, p. 7.
- 12 “Caderno especial: Globalização”, em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2-11-97.
- 13 Alain Touraine, “A desforra do mundo político”, em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16-6-96, p. 11.
- 14 Karl Marx & Friedrich Engels, *Manifesto comunista* (Petrópolis: Vozes, 1994), pp. 68-69.
- 15 Cf., por exemplo, a coletânea organizada por Eric Hobsbawm, *História do marxismo*, vários volumes (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra), ou a organizada por J. Droz, intitulada *Historia general del socialismo* (Barcelona: Destino, 1985).
- 16 C. Furtado, *A construção interrompida* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992); Maria C. Tavares & J. L. Fiori, *Desajuste global* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993); A. Boron, *Estado, capitalismo e democracia na América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994).
- 17 Cf. Ignacio Ramonet, “Le planète des desordres”, em *Manière de voir*, nº 33, 1997.
- 18 Cf. “O medo da esquerda”, em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31-5-98, p. 3.

